



ANTÓNIO LOPES DE SÁ

A debilidade das NIC vai provocar novos escândalos nos mercados de capitais

Por Nuno Dias da Silva

Lopes de Sá compara a «imposição» das NIC decidida pelo grupo restrito de 14 elementos, a uma «camisa de forças» que bloqueia os profissionais. O doutor em Ciências Contábeis, defende que este movimento é político, especulativo e movido pelos dólares do poder americano, acrescentando que a falta de qualidade científica das normas abre as portas à fraude. «Sob o pretexto de harmonizar, estamos a recuar», conclui.

Lopes de Sá é, porventura, a maior referência viva da Contabilidade mundial em língua portuguesa. Apesar dos seus 81 anos, o prestígio do professor catedrático, conhecido como o pai da corrente patrimonialista, continua a granjear-lhe muitos convites para conferências e palestras internacionais.

Tem 157 livros publicados em todo o mundo, o mais popular dos quais é o «Dicionário de Contabilidade», que atingiu a 9.ª edição. «Consciência ética» é o seu mais recente livro, editado já este ano. É ainda Doutor em Ciências Contábeis pela Faculdade Nacional de Ciências Contábeis da Universidade do Brasil e Doutor em letras, *honoris causa*, pela Samuel Benjamin Thomas University, de Londres.

É um equívoco pensar que a Contabilidade se limita a registos e demonstrações. A ciência ampliou o seu campo de acção, e novas abordagens, que alargam os horizontes dos profissionais, começam a surgir. É esta a opinião de António Lopes de Sá, em entrevista concedida no rescaldo do IX Prolatino. O reputado especialista brasileiro contesta a teoria do «Justo Valor», considerando tratar-se de uma porta aberta ao «subjectivismo irresponsável», por não ter o apoio da ciência, ameaçando gravemente as informações

contabilísticas. Afirmar ainda que os TOC são mais úteis ao governo do que os economistas por perfilharem uma visão mais realista. Contudo, lamenta que o poder político, mesmo sabendo disso, resista em reconhecer publicamente essa mais-valia.

TOC – Como mentor do Prolatino, que análise faz da IX edição, pelo segundo ano consecutivo realizado em Portugal?

António Lopes de Sá – O Prolatino é uma iniciativa de defesa da cultura dos povos latinos que são os responsáveis pela estrutura científica da Contabilidade. Portugal, felizmente, entendeu essa finalidade e, com rara oportunidade, realizou a VIII e a IX edições, ambas com assinalável sucesso. Tudo isso se deveu a uma exemplar organização, capacidade de empreendimento da CTOC e, especialmente, à sua liderança. A resposta e o interesse dos colegas portugueses não podiam ser melhores; o sucesso das conferências, de grande qualidade, patrocinadas pelo CTOC e que se seguiram ao Prolatino, tiveram um impacto muito forte na comunidade universitária.

TOC – O congresso deu ênfase à vertente social, ambiental e tecnológica da Contabilidade. Que importância têm estas novas, mas ainda pouco exploradas, abordagens?

A.L.S. – De há muito que a Contabilidade extrapolou o campo da simples informação. É um equívoco querer acreditar que a Contabilidade se limite a

registros e demonstrações. Essa é uma parte instrumental da profissão. O verdadeiro sentido do profissional da Contabilidade reside na orientação que ele presta aos empresários, ampliada pela contabilidade ecológica, social e de recursos humanos. A própria orientação das estratégias de gestão (também conhecida como Contabilidade estratégica) condiciona fortemente a actividade dos TOC. Actualmente, como aconteceu com outras ciências, a Contabilidade alargou o seu campo de acção. Nem todos os movimentos de classe, mesmo os culturais, têm dado uma importância ou reconhecido a verdadeira qualidade dessas conquistas. O IX Prolatino, como congresso internacional do mundo latino, já demonstrou, por duas ocasiões, que está na vanguarda e pretende enfrentar essa realidade com desejo de progresso. Para isso, tem arregimentado profissionais de qualidade, que com as suas visões mais amplas, têm transmitido aos colegas as perspectivas de uma Contabilidade que não é mais a dos séculos passados. O leigo, em geral, não acredita nisto. Entende que a Contabilidade continua a ser, simplesmente, fazer balanços e apresentá-los. Há que fazer um esforço para mudar esta ideia pré-concebida na sociedade.

Autocracia e deformação de conceitos

TOC – Foi orador em várias conferências, organizadas pela CTOC durante o mês de Maio, sobre o sistema de normalização. Sentiu os TOC sensibilizados para o alcance que estas normas internacionais vão ter no seu dia-a-dia?

A.L.S. – As normas internacionais são instrumentos de registros e de demonstrações contabilísticas. São apenas, sublinho, uma parte instrumental. Como estas normas estão a ser elaboradas por um grupo restrito de 14 pessoas, a quase totalidade da classe não reconhece a autoridade intelectual dos que produzem os textos e desconhece também como pensam estes elementos. Estamos perante um grupo que se impôs à maioria, e de forma ostensiva, com o auxílio de influências políticas e à custa de grandes investimentos em dólares. Não vejo as normas como uma evolução, nem como um progresso da Contabilidade. Vejo, sim, como uma autocracia ou uma imposição de um pequeno grupo de profissionais que, sob uma pretensa capa democráti-



Lopes de Sá entende que é preciso mudar a ideia pré-concebida na sociedade que a Contabilidade se resume a elaborar e apresentar balanços

ca, na realidade, está a vestir com uma «camisa de forças» a comunidade dos TOC e dos contadores. O que tenho lido leva-me a concluir que existe uma profunda deformação de conceitos. Ou seja, o que eles entendem, muitas vezes, está completamente alheado da realidade e da ciência contabilística.

TOC – Sente que está sozinho nas críticas que produz devido a um certo conformismo e apatia?

A.L.S. – Não estou sozinho. Existem intelectuais de muito valor que, por um dever de consciência, e por dignidade profissional, se opõem a esse sistema, reconhecendo que ele é um campo aberto à fraude e não representa o que de melhor se conquistou há dois séculos para formar a estrutura do conhecimento contabilístico. Nos Estados Unidos as normas, ditas internacionais, ainda não vingaram, a Espanha recebeu-as com restrições, a França ainda não aderiu às mesmas, e, no próprio continente americano, existem fortes opositores como Stephen A. Zeff, Abraham Briloff, Olivio Kooliver, Valério Nepomuceno e tantos outros. Inclusive a manifestação do presidente da CTOC, Domingues de Azevedo, não é de adesão plena, o mesmo acontece com a maior referência contábil de Portugal, o emérito Prof. Rogério Fernandes Ferreira.

TOC – As NIC são um retrocesso?

A.L.S. – Em certos aspectos elas representam, não só um retrocesso, mas um grave risco. Como diria Albert Einstein, uma das maiores mentes científicas do século passado, as normas em geral robotizam e imbecilizam. Neste momento, sob o pretexto de harmonizar, estamos, efectivamente, a recuar, impedindo a evolução técnica.

Escândalos e falseamento de informações

TOC – Quem vai sair vencedor do jogo de forças entre os latinos e os anglo-saxónicos?

A.L.S. – Os anglo-saxónicos, que defendem as normas ditas internacionais, têm muito dinheiro. Já investiram bastante para que estas regras sejam impostas. O que estamos a assistir é a uma guerra de mercados. A grande vantagem vai ser conseguida pelos que estão a investir dinheiro e que são as

grandes multinacionais de auditoria, apoiadas por grupos económicos. Pela força do dinheiro, e não pela força das ideias, acredito que o movimento deles poderá transitoriamente vencer. Mais tarde ou mais cedo, ocorrerão, todavia, novos escândalos no mercado de capitais, como se viu várias vezes no passado, decorrentes da debilidade e da falta de qualidade científica das normas.

TOC – Estas normas não previnem escândalos como, por exemplo, o da Enron?

A.L.S. – Muito pelo contrário, facilitam as fraudes e o subjectivismo irresponsável. Estas normas propiciam o escândalo, facilitando a maquiagem dos balanços. Está aberta a porta para o falseamento de informações.

TOC – Que verdadeiros interesses estão subjacentes às normas?

A.L.S. – Este movimento normativo é político e especulativo. Os argumentos justificativos que estão sendo utilizados são inconsistentes e ilógicos. A harmonização de balanços é uma ficção. Quem quer entender um balanço para efeito de grandes investimentos não se vai basear nas normas, vai indagar. Ao pequeno investidor, que não tem possibilidade, nem competência técnica para analisar balanços, pouco importa se há ou não uniformidade. As normas não servirão a pequenos, nem a grandes, mas, sim a grupos interessados em manipular informações.

TOC – O argumento da harmonização não colhe?

A.L.S. – É uma justificação sem sustentação lógica. Na realidade não creio que esteja a haver harmonização. A Espanha, aqui ao lado de Portugal, editou há menos de meio ano um Decreto Real que colide com uma norma internacional relativa aos activos intangíveis. E isso vai continuar a acontecer. O Governo jamais se conformará em arrecadar menos porque existem normas. Na Justiça, as causas que vão gerar perícias não se vão importar com normas, antes vão fundamentar-se na realidade dos factos. Mas há mais: o administrador não vai basear-se na normalização para gerir a sua empresa, vai precisar é de dados internos. No fundo, este fenómeno só interessa a alguns investidores e a

um grupo dominante, não ao pequeno ou ao grande investidor de bolsa.

TOC – Reafirma que um empresário não vai conseguir gerir a sua empresa com estas normas?

A.L.S. – Definitivamente, não. Até porque as análises de balanços feitas sem raiz científica, se estiverem baseadas no que as normas determinam, oferecerão uma imagem defeituosa e deformada da empresa.

«Justo Valor» é a porta aberta ao subjectivismo irresponsável

TOC – A normalização representa o lado obscuro da globalização?

A.L.S. – Constato que a fatalidade de os Estados Unidos dominarem o mundo chegou também à Contabilidade, via grupos de poder. A informação é uma forma de domínio. Se analisarmos a história dos povos, constataremos que a informação, naturalmente coerente com os recursos de cada época, foi sempre um instrumento de domínio. Hoje é, indiscutivelmente, uma arma. Os anglo-saxónicos detêm a arma da imprensa em

geral e estavam ansiosos para se apoderarem da informação sobre a riqueza. A autocracia informativa, protagonizada pelos grupos de poder anglo-saxónicos, alcançou agora a Contabilidade.

TOC – Como se inverte este estado de coisas?

A.L.S. – Uma inversão só poderá haver pelo caminho de uma intensa difusão do poder da ciência e pela honestidade de profissionais que possuindo liderança e influencia pelos seus valores, tenham a probidade intelectual e profissional de declarar que isto não passa de um movimento de natureza mercantil e especulativa.

TOC – Há um falso consenso em relação a essas normas?

A.L.S. – O tal grupo tenta passar a mensagem que a aprovação das normas é democrática. Todavia, não há prova de que assim seja. Eu mesmo ofereci ao comité que no Brasil está incumbido de sustentar essas normas, várias sugestões e críticas, mas nenhuma delas foi aceite. Mesmo vindo as sugestões da minha parte, o intelectual e autor brasileiro da Contabilidade que tem o maior número de leitores no Brasil, com a maior repercussão



«A autocracia informativa, protagonizada pelos grupos de poder anglo-saxónicos, alcançou agora a Contabilidade», afirma o perito brasileiro

internacional em toda a América Latina, África e também na Europa. A tal credencial nem sequer foi considerada. Apesar de todo o meu crédito intelectual acumulado ao longo dos anos, a comissão brasileira ignorou as minhas incisivas observações e sequer as respondeu ou contestou. À luz dos valores da democracia, não consigo entender o que está ocorrendo. Desconheço quem aprovou, em assembleias, ditas públicas, as referidas normas e que expressão percentual e qualitativa representam.

TOC – Esse organismo brasileiro está também controlado pelos americanos?

A.L.S. – Infelizmente, sim. O Brasil, de forma dócil e incompreensível, deixou que se dominasse esta cultura contabilística através de influências políticas e no meio universitário, propalando uma falsa ideia de harmonização. Fico, naturalmente triste. Mas o tempo e os factos falarão por nós.

TOC – O conceito de «Justo Valor» (ou «fair value»), segundo o qual as participações financeiras das empresas devem ser contabilizadas ao valor actual a que as acções que detêm estão cotadas em Bolsa, em vez de estarem registadas pelo valor de aquisição, como antes, tem criado muita polémica. O que há a temer na complexidade e nos efeitos práticos deste conceito?

A.L.S. – O «Justo Valor» é a tal porta aberta ao subjectivismo irresponsável ao qual me referi. O facto de as normas se colocarem acima das leis do País, acima da ciência, como ostensivamente as IRFS declaram nos seus conceitos básicos, é uma forma de vencer as resistências que se opõe à falsidade. Nada é tão polémico quanto essa questão. Basta um simples acesso à Internet, às páginas da CFO (www.cfo.com) para acompanhar nesse órgão de credibilidade financeira o nível de protesto que existe nos próprios Estados Unidos quanto à aplicação do denominado “Justo Valor”. Particularmente entendo que a ausência de um apoio da ciência, esta que as Normas deixaram de tomar conhecimento, quanto à «Teoria do Valor» e outros conceitos, é algo deveras grave e ameaçador da realidade das informações contábeis. Normas não são ciências e só estas são as responsáveis pela verdade, pelo estado racional e consciente da inteligência humana.

TOC – Estamos em plena crise financeira, energética e alimentar. Disse que os bancos vão acabar por lucrar com esta crise. A génese desta instabilidade também reside nos movimentos especulativos?

A.L.S. – No curso da História não existem grandes decadências de instituições financeiras. Os bancos nunca perderam e sempre pressionaram o poder político e até o religioso para que este fosse brando para com os interesses financeiros. Por uma razão muito simples: os bancos não lidam com os seus próprios capitais, mas com o capital dos outros. Ou seja, é o dinheiro dos clientes que faz os bancos. Se analisarmos um balanço dos bancos veremos sempre que eles não ultrapassam 15 por cento de capital próprio, contra 85 do capital de terceiros. Quem lida com o capital alheio, por mais que perca, só perderá, na pior das hipóteses, parcialmente, o capital alheio.

A tão alardeada crise já tem sinais de solução com os próprios recursos do povo, como a imprensa tem difundido. Como vivemos numa era em que o noticiário é algo que se fabrica, não me causará surpresa ver que os verdadeiros contornos da questão não sejam os que são veiculados pela imprensa.

TOC são profissionais de rara utilidade

TOC – Diz que os TOC são mais úteis aos governos do que os economistas, mas não têm a visibilidade social destes últimos. Pensa que é uma profissão cuja utilidade é desvalorizada?

A.L.S. – Essa visão do global e do particular tem vindo a ser alterada em todos os campos do conhecimento humano. Actualmente, sabemos que o organismo é composto de células e que as células, por seu lado, são feitas de micro-organismos e que a soma destes determina o estado de doença ou de saúde. Nas economias é a mesma coisa. As empresas e as instituições somadas compõem a economia. Creio que não pode existir uma economia forte, sem empresas fortes. E o responsável pela fortaleza das empresas é o TOC. Além do mais, os Estados que prescindirem da colaboração dos TOC no controlo da arrecadação fiscal, estarão em maus lençóis. São esses profissionais que políam as próprias finanças no que concerne à receita do Estado. É, neste

ponto, que os TOC são de rara utilidade, por possuírem uma visão mais realista da economia. No fundo, os estados e os governos sabem bem isso, mas resistem em reconhecê-lo publicamente.

TOC – Os TOC são fundamentais para as empresas e as nações?

A.L.S. – Se analisarmos o curso da História, veremos que as economias das grandes nações, estiveram ligadas a grandes contadores, foi o caso da Holanda, com a Companhia das Índias Ocidentais, da Itália, com os Médicis, da Alemanha com os Fugger. Eles são, e sempre foram, os grandes orientadores. Não significa isto que os economistas são inúteis e que se deve negligenciar a economia. Nada disso. Todas as ciências têm a sua utilidade. Apenas entendo que de uma maneira mais objectiva os TOC têm mais condições de orientação sobre a riqueza. Se os estados prestassem mais atenção a esta classe, as contas e a gestão pública, de uma forma geral, seriam bem melhores. O Brasil foi muito melhor em economia, quando tinha uma Contadoria-Geral da República.

TOC – O relacionamento entre profissionais brasileiros e portugueses tem sido mais próximo nos últimos anos devido ao estreitar de laços entre a CTOC e o CFC. Até onde podem chegar

estas sinergias para reforçar a Contabilidade do mundo latino?

A.L.S. – Sem querer vangloriar-me, eu fui o responsável por essa união. Ao trazer o Prolatino para Portugal, ao integrar-me na cultura portuguesa há muitas décadas, fui sempre um difusor da cultura portuguesa no Brasil e da cultura brasileira em Portugal. Procurei incutir no espírito dos meus colegas no Brasil, onde tenho uma efectiva liderança, que era preciso unir os povos de língua portuguesa. Estamos a assistir a uma proveitosa aproximação entre as duas realidades. Se tivermos a consciência da cultura brasileira e lusitana, penso que poderemos juntos contrapor, ou pelo menos defender-nos, da supremacia anglo-saxónica. A submissão cultural é a maior de todas as escravidões. Desejamos para os povos de língua portuguesa uma liberdade de pensamento, porque é ela que justifica a dignidade dos povos. Devemos seguir o lema que presidiu à concepção do livro que fiz em parceria com o prof. Rogério Fernandes Ferreira e ao qual demos o nome simbólico de «Separados pelo Atlântico, Unidos pela Contabilidade». Não podemos desistir de dignificar ambas as culturas. A nossa campanha é construtiva e procura contestar os movimentos que comportam riscos e ameaças para a comunidade. No fundo, a nossa posição é a de defesa, intransigente, da cultura. ■



«Os Estados que prescindirem da colaboração dos contadores no controlo da arrecadação fiscal, estarão em maus lençóis», alerta